

■ A Nomadologia de Deleuze-Guattari⁸³

.....**Paulo Domenech Oneto**

O capítulo ou “platô” 12 do livro *Mil Platôs*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari – publicado em 1980 como segunda parte de *Capitalismo e Esquizofrenia* (dando seqüência a *O Anti-Édipo*, de nove anos antes) – é intitulado “Tratado de Nomadologia: a máquina de guerra”. A exemplo dos demais “platôs” que compõem a obra, esse título é precedido por um número, que nada tem a ver com a numeração por capítulos. Trata-se de um ano ou período histórico, ao qual cada um dos temas abordados no livro está direta ou indiretamente relacionado. No caso desse “tratado”, cujo título é, a um só tempo, uma referência aos nômades e um jogo de palavras com a monadologia leibniziana, o número é 1227. Mas que estranha data é essa? E de que trata exatamente o capítulo em questão?

O ano é a data da morte de Gengis Khan, cujo nome real era Temujin e que se tornou chefe (khan) dos guerreiros mongóis naquele distante século XIII. Temujin teve infância difícil, mas foi hábil o bastante para se tornar “chefe universal” de tribos nômades de toda a Ásia, formadas por povos de etnias diferentes, levando-os a ocupar uma área que se estendia de Pequim (China) até a região do Volga (Rússia). Apesar dos relatos de crueldade que ilustram a ação de Gengis Khan, foi essa dominação que garantiu um período de paz para os povos turcos e mongóis (entre outros), ao abrir espaço para que eles pudessem circular sem a ameaça de serem dizimados ou simplesmente incorporados aos reinados vizinhos.

A questão mais importante do capítulo gira precisamente em torno desse tipo de ação nômade que, como o segundo axioma do tratado proposto irá deixar claro, é distinta da ação de uma instituição militar. Gengis Khan torna-se, assim, um nome emblemático em meio à argumentação geral de Deleuze-Guattari (ou Deleuze e Guattari para os amantes da individualização), e isto na medida em que, nesse personagem histórico, aparecem associados os problemas do nomadismo e do espírito guerreiro. O tema do capítulo aparece, então, bem delineado. O que está em jogo é a elaboração de uma espécie de paradigma que é, a um só tempo,

⁸³ Este texto foi escrito originalmente em 1990. Procurei fazer algumas alterações, mas creio que, apesar de tudo, ele continua refletindo as minhas preocupações de então, que eram as seguintes: oferecer uma resenha explicativa do capítulo “Tratado de Nomadologia” de Deleuze-Guattari e tentar situá-lo no âmbito da discussão ontológica acerca da imanência, tema de minha dissertação de mestrado naquela época..

político, sócio-cultural e epistemológico: o *paradigma da máquina de guerra*. Mas a “máquina de guerra” deleuzo-guattariana tem pouco ou nada a ver com o sentido comum dado ao termo. Não se trata de falar do aparato militar que um Estado, reino ou império é capaz de construir para fazer guerra contra seus inimigos internos ou externos, mas de mostrar que uma máquina de guerra é sempre (por definição) exterior às diversas formas de Estado surgidas ao longo da história. Estas seriam, a rigor, manifestações de um outro paradigma, correlato ao primeiro e com o qual a máquina de guerra manteria uma relação de oposição, permanente tensão, concorrência, com atração mútua, mas sem complementaridade: o paradigma do aparelho de Estado. Mas, então, a quê esta ação guerreira estaria real e diretamente associada? Surge aí o detalhe crucial que explica o título do capítulo. Para compreender a máquina de guerra é preciso falar de nomadismo, pois, como o axioma II já mencionado afirma: “a máquina de guerra é invenção dos nômades” (*Mil Platôs* – deste ponto em diante referido como MP – p. 471).

As questões da exterioridade da máquina de guerra com relação a formas políticas, sócio-culturais ou epistemológicas de tipo-Estado (aparelhos de Estado) (I), sua articulação imediata com o nomadismo (II) e com seu “concorrente mais próximo” (a metalurgia) (III) constituem os três axiomas do tratado nomadológico proposto. Uma nota importante: a um leitor mais desavisado ou apressado poderá parecer que a argumentação é montada a partir de relatos históricos, e que os termos utilizados pelos autores designam entidades empíricas situadas ao longo dessa história – o Estado, a guerra, o nômade, a metalurgia etc. O objetivo deste meu comentário é, nesse sentido, triplo: a) mostrar que este não é absolutamente o caso – ao contrário, os exemplos é que são modos de atestar a validade dos axiomas, os quais tratam de paradigmas para a compreensão de fenômenos os mais diversos; b) avaliar os exemplos dados, acrescentando *en passant* alguns novos exemplos que venham corroborar os axiomas; c) indicar a importância dos dois paradigmas para pensar a política.

Dois Paradigmas

Na realidade, o estranho tratado proposto por Deleuze e Guattari se articula, aparentemente ao menos, de um modo bastante tradicional, isto é a partir de axiomas e proposições, como no caso de uma obra bastante cara para Deleuze: a *Ética* de Spinoza. Encontramos no texto uma análise minuciosa povoada de exemplos que se erguem e se desenvolvem a partir de três axiomas. Como dito acima, o Axioma II complementa a referência a Gengis Kahn, enfatizando dois pontos essenciais da proposta dos filósofos: 1) a relação entre nomadismo e má-

quina de guerra, e 2) a diferença radical entre a dinâmica que anima este paradigma guerreiro e a ação centralizada de um Estado com seu poder militar. Contudo, antes de chegar até ele, é preciso abordar o axioma de número I que orienta toda a proposta micropolítica deleuzo-guattariana, indo até mesmo além de *Mil Platôs*.

O axioma em questão afirma que “a máquina de guerra é exterior ao aparelho de Estado” (MP, p. 434). Como todo e qualquer axioma, a asserção aqui carece de demonstração, neste caso por se tratar de um raciocínio por definição. O curioso e complexo aqui é que as definições dos dois conceitos, que designam paradigmas de ação política, sócio-cultural ou de pensamento, não são dadas em separado da análise geral e nem tampouco dos exemplos. Estes, aliás, segundo Deleuze e Guattari, são empregados para atestar (não para demonstrar ou mesmo comprovar) a validade do axioma. É a partir de uma série de proposições, intercaladas por problemas, que se encontra a chave para a compreensão do que cada um dos dois paradigmas recobre. A primeira proposição é particularmente importante para situar o leitor. Ela diz que a exterioridade da máquina de guerra é atestada pela mitologia, pela epopéia, pelo drama e pelos jogos. É desse modo, gradativamente, que vão se delineando os principais aspectos de cada um dos paradigmas.

A mitologia indo-européia, tal como foi esmiuçada por Georges Dumézil, serve para fornecer as linhas gerais que integram a compreensão dos conceitos-paradigmas discutidos. Nessa mitologia, os fenômenos da dominação e da soberania se caracterizam por tomarem como modelo duas divindades. De um lado está a figura do rei-mágico, déspota, inspirada por Varuna. Do outro lado, encontra-se a figura do sacerdote-jurista e legislador, que encontra correspondência em Mitra. A noção de soberania e sua prática necessitam desses dois elementos que se alternam, rivalizam e se complementam. Juntos, eles traduzem o duplo movimento que faz emergir e mantém o aparelho de Estado. Este paradigma é, portanto, o resultado de uma dupla articulação que o constitui como um *estrato*, uma forma mais ou menos fechada, com uma zona de interioridade que permite distinguir um centro. Por isso mesmo, o aparelho que se forma a partir desses dois movimentos – cuja finalidade é assegurar as condições para dominar, seja por meio de leis ou de ameaças – não deve ser confundido com um aparelho que inclui necessariamente uma ação de guerra. Ao contrário, o lugar da guerra é sempre derivado no aparelho de Estado. Para dominar, basta dispor de mecanismos de ameaça ou de repressão direta, cuja violência não é jamais disseminada (como no caso de uma guerra), ou então manter um exército, cuja função é manter a guerra em suspenso, como uma possibilidade em situações-limite.

A máquina de guerra aparece, por outro lado, em Indra, divindade que se opõe tanto à Varuna quanto à Mitra por ser algo da ordem do efêmero, sempre pronta para uma ação sem preparação prévia. Sua diferença reside no fato de aparecer como velocidade pura, como pura exterioridade, sem medida comum com as duas outras instâncias, irreduzível a elas, mas sem se traduzir sob a forma de uma terceira instância ou de uma via alternativa. Assim, Indra é a potência de metamorfose que não cessa de assombrar as instâncias-entidades formadas. Enquanto estas últimas são unidades, Indra corresponde à *pura multiplicidade* que circula nos interstícios dessas unidades dominantes (Mitra e Varuna). Eis porque não faria sentido esperar a substituição do aparelho de Estado pela máquina de guerra numa dada conjuntura: “a máquina de guerra é de uma outra espécie, de uma outra natureza, de uma outra origem que o aparelho de Estado” (MP, p. 436).

No campo da epopéia, do drama ou dos jogos, Deleuze e Guattari vão buscar novos subsídios para melhor definir os dois paradigmas e, com isso, tornar mais evidente o axioma I. Surgem então Aquiles e Ulisses, os reis shakespearianos, o xadrez e o go. Nos dois primeiros exemplos, o esforço maior dos autores reside em fornecer elementos que permitam desembaraçar uma confusão freqüente, feita entre a potência extrínseca que é característica da máquina de guerra e o uso da violência ou a militarização, típicas do aparelho de Estado. Contudo, a potência não é jamais uma relação dinâmica entre pólos de poder. A potência não é algo que se possua, mas sim algo que exercemos sempre, de um modo ou de outro. O processo de aceleração contínua e os segredos da ação guerreira não podem, portanto, ser da mesma ordem da alta velocidade de uma ação policial ou militar, cujos segredos são de interesse público. Uma gangue digna do nome se mantém, por definição, como uma gangue de rua, vagabunda; assim como uma tropa policial deve aspirar a ser uma tropa de elite.

O guerreiro aristocrático Aquiles é separado de sua potência de agir no momento em que é encurralado entre os dois pólos do poder grego, primeiro aceitando ser soldado de Agamenon e, depois, deixando as suas armas para o homem de Estado Ulisses. No teatro de Shakespeare, a violência, os crimes e as perversões da realeza são apenas meios para a conquista de um lugar. O personagem de Kleist, Michael Kohlhaas, tenta conter sua fúria após a intervenção de Lutero e acaba se transformando num simples insurreto condenado a morrer na luta contra os núcleos de poder germânico. Entre o xadrez e o go chinês encontramos uma nova diferença: no primeiro jogo, as peças têm qualidades e valores determinados *a priori* (funções militares) ao passo que no go as propriedades dos peões são extrínsecas, dependendo da situação em que se encontram.

Os exemplos possíveis são muitos... O que importa, todavia, é o surgimento de um problema que obriga Deleuze e Guattari a apresentarem duas novas proposições, que nada mais são do que dois novos campos de análise com exemplos. O problema I é enunciado da seguinte maneira: “há algum meio de conjurar a formação de um aparelho de Estado ou de seus equivalentes?” (ibidem, p. 441). Ele é seguido das seguintes proposições (II e III): a exterioridade da máquina de guerra é atestada também pela etnologia; essa mesma exterioridade é ainda atestada pela epistemologia. Ocorre, porém, que a análise epistemológica acaba por conduzir a um outro tipo de problema (II) que envolve a própria natureza do pensamento: “há algum meio de se subtrair o pensamento do modelo de Estado?” Esse problema permite que seja convocado um último exemplo, especialmente capaz de atestar a situação de exterioridade da máquina de guerra. Trata-se da proposição IV, que busca extrair de uma análise das imagens que o pensamento elabora acerca de si mesmo (imagens sobre o que é pensar), uma nova ilustração para o axioma apresentado. Afirma-se, desse modo, que “a exterioridade da máquina de guerra é enfim atestada pela noologia” (MP, p. 464).

Etnologia, Epistemologia, Noologia

Segundo Deleuze e Guattari, tanto a etnologia de Pierre Clastres quanto uma análise epistemológica fina, como a empreendida por Michel Serres, podem fazer ver melhor a existência do paradigma guerreiro que traduz – mais do que um “lado de fora” do aparelho de Estado – a pura forma da exterioridade⁸⁴. O melhor exemplo, contudo, virá de uma análise do próprio ato de pensar (noologia) que pode ser encarado como um ato natural – exercício de uma faculdade apta a conquistar o verdadeiro como elemento essencial do pensamento – ou, ao contrário, como colocação de problemas de maior ou menor relevância, cujas soluções dependem do modo de problematização.

Nas áreas da etnologia e da epistemologia, a tensão entre máquina de guerra e aparelho de Estado ressurgem em termos da oposição entre bandos e forma política “estatal” ou entre ciências oficiais e menores. Tomando como ponto de partida as análises de Clastres em torno das sociedades ditas primitivas, Deleuze e Guattari procuram mostrar que a não-formação de um Estado por parte de algumas sociedades está bem longe de indicar algum atraso em seu processo de

⁸⁴ “Não basta afirmar que a máquina é exterior ao aparelho, é preciso conseguir pensar na máquina de guerra como sendo ela própria uma pura forma de exterioridade, enquanto que o aparelho de Estado constitui a forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo, ou pela qual temos o hábito de pensar” (MP, p. 438).

evolução natural. Além de combater esse tipo de evolucionismo, que vê na forma-Estado um desdobramento natural, dando-se em função do nível elevado de desenvolvimento econômico das sociedades (primeira tese), Clastres indaga se não haveria justamente um esforço (bem sucedido) de conjuração do Estado nessas sociedades (segunda tese).

Um ponto importante surge na passagem entre as duas teses. Ele consiste na afirmação de que um Estado não se define pela existência de um ou mais chefes. O que o define é o movimento de perpetuação ou conservação de órgãos de poder (MP, p. 441). A preocupação do aparelho de Estado é precisamente esta: *conservar*. A guerra das sociedades primitivas é feita, de acordo com a segunda tese de Clastres, para impedir a formação de um Estado. Ela serve para manter os vários segmentos envolvidos na luta dispersos, sem princípio de unificação. Assim, não é apenas o Estado que se ergue contra a guerra, como no contratualismo hobbesiano. A guerra, em sentido forte, é feita contra a emergência da forma-Estado.

As teses de Clastres são importantes para mostrar esse aspecto da exterioridade da máquina de guerra, a saber, estes dois aspectos: o fato de que ela não representa um estágio mais atrasado (provisório) ou mais avançado com relação ao aparelho de Estado, mas também o fato de se utilizar justamente a guerra para conjurar a formação desse aparelho. Por outro lado, o etnólogo parece se contentar com uma divisão quase purista entre sociedades de Estado e sociedades “sem-e-até-contra-o-Estado”. Importa, porém, detectar as forças que levam à formação de algo como um aparelho de Estado, e tratar de sua relação com forças que resistem a esse processo ou que conduzem até mesmo a uma dissolução dos Estados. Sem uma análise desse tipo, a exterioridade formal ou paradigmática da máquina de guerra é vista como uma exterioridade de fato, própria de um tipo de organização apenas diferente (talvez melhor), independente. Mas há sempre *tendência* à formação de algo como um Estado. Do mesmo modo em que ele é sempre assombrado por forças individuais e sociais que nunca são completa ou facilmente capturáveis: “o próprio Estado sempre esteve em relação com um fora, e ele não pode ser pensado independentemente dessa relação” (MP, p. 445).

O Estado é a *soberania* que está sempre pronta para se apropriar da potência no intuito de interiorizá-la sob a forma de um poder hierarquizado. A forma-Estado tem uma forte tendência a se reproduzir solicitando o reconhecimento público de seus direitos, como uma necessidade – a necessidade da Lei. Mas a máquina de guerra, como pura forma de exterioridade, só aparece e existe em processo, nas suas metamorfoses, como um fluxo com suas regras imanentes: nas

informações que circulam na internet, num movimento religioso ou numa manifestação de rua, nas gangues, nos movimentos de sem-terra, sem-teto, sem-voto, sem-formação etc. Sua apropriação ou eliminação pelos aparelhos de Estado é sempre iminente, mas ela acaba implicando abertura para novos fluxos.

O problema da análise de Clastres é, portanto, o seguinte: sugerir uma independência entre os dois paradigmas, quando o que há é *coexistência* e *concorrência* dentro de um campo perpétuo de interações. Nesse sentido, o exemplo epistemológico talvez seja mais adequado para mostrar essa dupla relação de coexistência e concorrência entre os paradigmas, afastando qualquer hipótese purista, de uma sociedade selvagem ou nativista, o que poderia tornar a máquina de guerra uma espécie de ideal, transformando, por exemplo, Gengis Khan, Antônio Conselheiro, desobedientes civis, funkeiros ou traficantes em heróis.

O caso do que Deleuze denomina imagens do pensamento – agindo na própria gênese das ciências – é ainda mais interessante por implicar diretamente os próprios Deleuze e Guattari. Afinal de contas, ao escreverem “platôs” em lugar de capítulos – justamente para ressaltar o caráter pragmático do livro, que não requer uma leitura sistemática ou seqüencial, mas que reclama uma abordagem “pelo meio”, com cada um dos temas remetendo a uma região contínua de intensidades, sem subordinação temática na direção de um ponto culminante (ibidem, p. 32-33), os dois autores destacam a existência de uma máquina de guerra na própria atividade de pensar, abrindo campo para um diagnóstico acerca dos limites a partir dos quais conteúdos e formas do pensamento tendem a se sedentarizar ou enrijecer. O próprio *Mil Platôs* aparece, desde então, como uma tentativa de contato com a exterioridade, convocando não tanto a uma interpretação quanto a um uso dos conceitos tratados numa situação de combate.

Na realidade, o modelo “estatal” pressupõe uma evolução de formas de racionalidade que acompanha a própria variação da forma-Estado. Contra a redução ou subordinação do pensamento a esse modelo, Deleuze e Guattari procuram enfatizar a presença de um devir-problematizante que não pára de ameaçar tudo aquilo que é da ordem do saber como conquista ou posse, ocupando um lugar central na cultura. Esse pensamento, por assim dizer, “guerreiro”, faz surgir no campo epistemológico um tipo de ciência nômade ou “menor”. A noologia, como estudo das imagens que um pensamento elabora a respeito de si mesmo, é uma invenção deleuzo-guattariana que nos ajuda a compreender melhor a maneira pela qual a epistemologia também pode atestar a celebrada exterioridade da máquina de guerra. Por meio dos trabalhos de Michel Serres, por exemplo, é possível delimitar dois modos de formalização bastante distintos, caracterizando, de um lado,

uma ciência real ou imperial e, de outro, uma ciência nômade. No primeiro tipo de ciência, trata-se de um saber que pretende emergir de um pensamento afirmativo de universalidade e de afinidade com o verdadeiro. Já no segundo tipo, estamos diante de um tipo de ciência de difícil classificação, fruto de um pensamento informe que, por isso mesmo, não se presta jamais a servir a um Estado.

As ciências oficiais possuem seu estatuto bem definido, funcionando em proveito do Estado, de quem obtém respaldo. Seu modo de formalização apresenta quatro características básicas: 1) enxerga a realidade como um “sólido”, podendo mesmo ser definida como uma teoria dos sólidos; 2) pretende constituir modelos estáveis, homogêneos, eternos, sempre à cata de invariantes; 3) faz da realidade algo de plenamente mensurável, pressupondo um espaço linear, fechado, em que vamos de retas a paralelas – espaço *estriado* (métrico), em que a mensuração prepara para uma ocupação sedentária; 4) é um modelo teoremático de ciência, isto é, baseado numa racionalidade pressuposta, para a qual os problemas não passam de obstáculos a serem superados rumo ao elemento essencial.

Em contrapartida, os nômades praticam ciência de uma maneira que supõe outra concepção, excêntrica, mais próxima do que denominamos artes. Seu modo de formalização é vago. Suas quatro características, por oposição ao modelo do aparelho de Estado são: 1) a realidade é vista como um conjunto de fluxos (devires), ensejando um modelo hidráulico; 2) sua matéria é heterogênea, sem forma preestabelecida; 3) isto implica um modelo turbilhonar, operando num espaço visto como *liso* (topológico) que é ocupado sem ser contado ou medido, que se delineia em função da distribuição de fluxos; 4) constitui-se como um modelo problemático, isto é, como um modelo para o qual pensar é problematizar sem que a razão nada possua de direito. Assim, enquanto o aparelho de Estado limita o elemento-problema para subordiná-lo a um teorema com suas proposições demonstráveis, a máquina de guerra é o paradigma da experimentação. Todo conhecimento aí é “afetivo”, no sentido em que as figuras que emergem só têm valor em função do que as afeta. Cada figura designa, portanto, um acontecimento e não uma essência.

A crítica dirigida ao modelo epistemológico do Estado é uma crítica aos modelos euclidiano e hilemórfico, o primeiro por abstrair um espaço, tornado independente, e o segundo por pressupor uma forma, supondo-a inalterável em face de uma matéria homogênea. No paradigma da máquina de guerra, porém, o espaço é vetorial e as formas se dão junto com do movimento permanente de uma matéria heterogênea. Do ponto de vista noológico, o apoio que o pensamento pode encontrar no Estado – já que “a maneira pela qual uma ciência ou uma con-

cepção de ciência, participa da organização do campo social (...) faz parte da própria ciência em questão” (MP, p. 456-457), pode até ser útil, mas haverá sempre um aspecto que fica inevitavelmente “de fora” (sob pena de perda de vigor), na exata medida em que pensar não se faz a partir de um solo estável com objetivos claros de fixar zonas de atuação privilegiada, por exemplo para um trabalho ou para afirmação de uma posição social: a aliança tão em voga no Brasil acadêmico de hoje, entre especialismo, titulação e visibilidade midiática.

É compreensível, então, que a exterioridade noológica da máquina de guerra se manifeste mais pelo estilo do que pelos conteúdos ou matérias tratadas: o aforismo nietzscheano, o conceito como algo que deve ser criado em função de problemas originais que não param de se impor a cada um de nós, forçando-nos afetivamente a pensar (Deleuze).

Os Três Aspectos da Máquina de Guerra

Essa crítica a um modelo verdadeiro de pensamento e a um modelo hilemórfico de ciência é prolongada por Deleuze e Guattari numa série de direções inusitadas. Em todas elas, podemos dizer que o que está em jogo é a questão da imanência e do nomadismo. Ou seja, trata-se sempre, aqui e ali, de recusar a separação dos paradigmas em regiões estanques, enfatizando, ao contrário, a tensão, atração e concorrência entre eles. Não há, nesse sentido, dicotomia entre máquina de guerra e aparelho de Estado, nem sequer uma posição de transcendência de um dos paradigmas ou de nós e da sociedade com relação a eles. É sempre deles que se trata, mas deles como ações possíveis diante dos devires que constituem a vida, acelerações e cristalizações.

Surge aqui a ocasião para a apresentação de um segundo axioma, complementar ao primeiro e que explica o título do capítulo-“platô”-tratado: “A máquina de guerra é a invenção dos nômades (enquanto exterior ao aparelho de Estado e distinta da instituição militar). Em vista disso, a máquina de guerra nômade tem três aspectos: um aspecto espacial-geográfico, um aspecto aritmético ou algébrico, um aspecto afetivo” (MP, p. 471).

As proposições de V até VII lidam precisamente com essa existência nômade, que efetua as condições exteriores da máquina de guerra no espaço, implicando elementos numéricos típicos dela e se valendo das armas que ela utiliza. É esse triplo movimento que se traduz nos aspectos espacial-geográfico, algébrico e “afetivo” mencionados no axioma.

Em termos de espaço geográfico, os autores mostram que o nômade, bem mais do que aquele que se desloca de um território para outro, é “desterritorializa-

dor”. O importante na ação de Gengis Khan não seria liderar tribos efetivamente nômades, mas sim liderá-las de modo a arrancar o território ocupado de seu sedentarismo. A partir daí, as rotas asiáticas deixam de ter um centro. Em termos aritméticos, são as linhas de percurso que deixam de possuir um ponto zero (de partida) e um ponto de chegada – toda trajetória “se completa” no infinitesimal. Os autores também fazem questão de distinguir o nômade da figura do migrante. Este vai sempre de um ponto a outro (do Nordeste ao Sudeste do Brasil, mas no caminho oposto também, em busca de emprego ou de sossego), ao passo que o nômade só afirma o deslocamento durante o seu movimento – num momento George Jackson quer fugir da prisão, mas encontra uma arma... (assim também alguns dos personagens dos filmes de Wim Wenders...). A direção do movimento se dá concomitantemente ao movimento, como no poema de Antonio Machado: “*caminante no hay camino... caminando se hace el camino...*”.

Ainda no campo numérico, da aritmética ou da álgebra, Deleuze e Guattari destacam uma distinção semelhante, entre o número numerado (como numa contagem regressiva) e o número numerante (a cifra). O número numerado é dado de antemão, marcando ou demarcando um espaço a ser percorrido, definindo um espaço de estrias com seus números correspondentes. Já a cifra, é como uma soma em dinheiro que é contada ao mesmo tempo em que nos chega às mãos. A contagem aí é autônoma e imanente. Ela goza de uma leveza que é a própria leveza de seu elemento móvel. Leve, o móvel pode se deslocar em ziguezague, sem lugar de chegada, ganhando uma velocidade que é a marca da desterritorialização. Mas é por ganhar peso em determinados momentos que o corpo móvel perde velocidade e tende a ser dominado por uma força centrípeta, levando à sua captura na interioridade naturalizada do aparelho de Estado. Vários exemplos podem ser dados aqui... O organismo biológico subordinando a atividade corporal a um “bom funcionamento” geral dos órgãos, em nome de um ideal de vida ou de uma mera sobrevivência; os *enclosures* na Inglaterra pré-capitalista; o intelectual à espera de um cargo na burocracia estatal; as minorias defendendo especificamente o “seu lugar” na sociedade; o artista-acadêmico, chefe de escola; os partidos políticos obedientes ao jogo político do momento... Mas, a velocidade está no corpo sem órgãos artaudiano, na terra que só é marcada pela ocupação, no intelectual sem rótulo, na minoria cujas conquistas não implicam a formação de uma identidade, no artista sem escola, nos partidos quando agem fora da cena política privilegiada...

Toda a questão é de sabermos quando o espaço deixa de ser suporte para se tornar apenas ou principalmente território. Territórios e reterritorializações sempre há. Contudo, para o nômade o território é ponto de troca e de passagem e

a reterritorialização se dá sobre seu próprio corpo, sempre. O corpo do nômade e o espaço são indiscerníveis, assim como número e ponto numerado. Não podemos sequer dizer que o nômade ocupa um espaço ou que o número serve para indicar um ponto ou para medir. Não podemos mais dizer que viver, pensar, criar ou agir politicamente seja sequer próximo de sobreviver, ter razão, embelezar ou distribuir poder para si e para outros. Trata-se de outra coisa...

Esta “outra coisa” talvez possa ser explicada por meio de uma breve alusão à proposição VII. Nela são mencionados os “afetos” que se constituem na existência nômade. Eles são as armas da máquina de guerra. O nomadismo inventa a máquina de guerra e tem seus “afetos” nas armas que esta máquina utiliza. Mas como assim?

A questão aqui remete aos “instrumentos” de que o nômade dispõe. É o agenciamento de cada peça que pode definir o que ela virá a ser: utensílio para um trabalho determinado (caso do aparelho de Estado) ou arma para uma ação imediata. Armas e utensílios dependem dos agenciamentos de desejo que se estabelecem: as armas estão relacionadas com uma projeção, os utensílios com uma introcepção (posição relacionada a um centro). Um instrumento moldado segundo uma forma específica, fabricado em série para o trabalho dos homens, com uma finalidade que responde às necessidades do aparelho de Estado, pode se transformar, de um momento a outro, num afeto-arma. Mas se um utensílio comporta mecanismos de projeção que o abrem para um tipo de utilização “afetiva”, a recíproca também vale para a arma do soldado ou mesmo do militante quando ela adquire um aspecto racional-teleológico de cumprimento lógico e objetivo de uma finalidade. Desse modo, está claro que “armas” aqui não designam necessariamente metralhadoras, pistolas e bugingagas do gênero. Ao contrário, elas raramente designam esses objetos. As mãos livres do karatê são muito mais “afetos-armas” do que os sabres dos samurais em seus cavalos.

As armas da máquina de guerra são (ou se tornam) os “afetos” dos nômades simplesmente porque não estão jamais sujeitas a uma ação definida por um centro racional ou político, para o qual deve voltar sua face. Elas podem, é claro, tender a esse centro por força de um novo agenciamento, deixando de ser “afetos-armas” e se tornando armas apenas, armas do exército em particular. O manejo das armas pela máquina de guerra está relacionado a uma “ação livre” e não a um objetivo. Nesse sentido, as armas do exército são mais utensílios do que armas. O movimento dos utensílios é relativo a uma finalidade. Mas o movimento das armas é absoluto, imanente. A “ação livre” faz de qualquer instrumento uma arma – um cartaz numa manifestação, o tijolo de uma casa ameaçada de desabamento,

um conceito filosófico em conexão com um problema urgente, um *ready-made* à moda de Duchamp...

As instruções e os manuais são da ordem dos utensílios, cuja gravidade exige cuidados e preparativos. A arma está ligada a um vetor-velocidade. Ela pertence a um sistema do *perpetuum mobile* (MP, p. 494). Já o utensílio atende a um regime, a uma organização e desenvolvimento de formas. Tal regime se opõe ao regime afetivo da máquina de guerra porque não aceita a redução do trabalho a uma ação imediata. Pretende regulá-lo, com horários, locais e hierarquias – toque de recolher. Um afeto, porém, (e um “trabalho afetivo” segue esse regime) é uma descarga rápida e momentânea, uma exteriorização imediata. Um afeto não é nunca afeto *de*, assim como um trabalho não se resume a um trabalho *para*. Afeto e trabalho são regimes intensivos na máquina de guerra. Designam devires de quem é afetado ou trabalha um material qualquer. O ponto crucial aqui reside na oposição afeto-sentimento, bem mais do que na posição aparentemente idealista que opõe ação livre e trabalho. O afeto é a descarga imediata de uma emoção, a réplica passional e imprevisível até para quem replica, enquanto o sentimento procede como uma emoção sempre retardada, deslocada. Eis o sentido em que as armas são afetos, e que permite afirmar que os utensílios seriam sentimentos interiorizados como as obrigações de uma vida “bem administrada”: a casa com seu funcionamento ideal.

Entretanto, o que chamei até aqui de instrumento para falar dos objetos ou peças de cada um dos paradigmas – instrumentos-utensílios do aparelho de Estado, instrumentos-armas da máquina de guerra –, precisam ser fabricados, forjados. A partir daí, o próprio processo de concepção de utensílios e armas passa a requerer uma análise. Deleuze e Guattari chegam, então, ao solo comum dos dois paradigmas, afirmando e coroando o princípio imanentista que anima todo o empreendimento de *Capitalismo e Esquizofrenia*.

A nova figura introduzida é a figura do “metalúrgico” como *intermezzo* liso-estriado, espaço “esburacado” em que experimentação de materiais e formas aparecem mesclados, mas que deve ser visto como primeiro movimento de des-territorialização, indicando a passagem ou a transição de todas as formas para seu exterior nômade. Isto porque as peças fabricadas pelo metalúrgico não obedecem a um molde, mas são produzidas segundo a “coagulação” instantânea dos materiais trabalhados. A metalurgia surge, portanto, como força criadora capaz de ameaçar o aparelho de Estado e como limite desse aparelho. Trata-se da proposição VIII (“a metalurgia constitui em si mesma um fluxo que concorre necessaria-

mente com o nomadismo”), que responde ao seguinte problema (III): “Como os nômades inventam ou encontram suas armas?” (MP, p. 502).

Conclusão: a metalurgia e o combate efetivo

O problema enunciado mais acima é seguido de um último axioma (III). Este, por sua vez, é acompanhado por uma última proposição (IX) a respeito da própria noção polêmica de “guerra”. Talvez fosse mais adequado concluir este breve comentário por uma abordagem direta do axioma e da proposição. Prefiro, no entanto, concluir por um “gancho”, artificial e indevido talvez, entre o uso que Deleuze e Guattari fazem do fenômeno da metalurgia e o problema da luta (micro) política. O motivo é simples: é que a metalurgia acaba sendo a melhor “ilustração” das características nômades, sem, todavia, negar sua proximidade com a forma-Estado.

É nesse sentido que devemos tentar compreender a idéia do axioma III, segundo a qual a máquina de guerra é uma forma de expressão correspondente à forma de conteúdo do metalúrgico. Trata-se de explicitar o fato de que os dois paradigmas estão numa relação de pressuposição recíproca, mas que é a metalurgia que desempenha o papel de “estado de coisas” ensejando uma ação de tipo máquina de guerra. A importância desse gesto quase final dos autores está em contornar qualquer idealismo que convoque todos para uma celebração da máquina de guerra como constitutiva absoluta do aparelho de Estado, precisamente a partir da associação do primeiro paradigma com o devir – só haveria devir, o ser não passando de uma derivação... Contudo, vemos aqui que o solo comum que comunica aparelho de Estado e máquina de guerra é a metalurgia. Não há uma vida-devir, como podem pensar os adeptos de uma univocidade de destinação, distensionada e abstrata, mas devires concretos que são limites ou pontos de fuga de formas relativamente estáveis: devires sempre minoritários, mas inseparáveis de um contexto macro... Eis porque não há devir do que já conquistou lugar historicamente... Mas não há tampouco devir em separado dessa luta que eventualmente leva à formação de uma maioria, a um novo padrão ou modelo. Devir-mulher, devir-homossexual, devir-negro, devir-criança, isto sim – todos sempre indissociáveis de um movimento de resistência “metalúrgica”. Mas não devir-homem, devir-heterossexual, devir-branco, devir-adulto e nem sequer desconectados da história. Não há ontologia que não seja, desde o princípio, ética e política.

A metalurgia traduz, portanto, a tensão entre os dois pólos paradigmáticos discutidos, afirmando a fuga às capturas promovidas pelo aparelho de Estado, mas sem remeter a um fora absoluto que poderia fazer crer num ponto de ruptura total,

numa fuga para o imaginário ou numa posição de recuo “à la Heidegger”. O metalúrgico talvez seja Maiakovski ou Brecht, freudismo e marxismo, o levante do Potemkin e a independência dos EUA. Ele serve tanto à máquina de guerra quanto ao aparelho de Estado. É bem verdade que sua prática de criação não comporta um *telos*. Os objetos fabricados acabam, todavia, se destinando a algo de específico. O metalúrgico trabalha para o estabelecimento de um modo de vida. É bem verdade, ainda, que o metalúrgico apaga a extensão em prol das matérias-fluxos intensivas, como o nômade. Mas ele elimina esse espaço extensivo unicamente por uma supressão da distância entre ele e a matéria. Em todo caso, ele permanece como “duplo”, comunicando com sedentários e com nômades (MP, p. 516), pois os paradigmas que emergem da ação desses grupos (o aparelho de Estado e a máquina de guerra) estão longe de exprimirem qualquer moral ou ideologia política. Eles indicam apenas movimentos de aceleração e lentidão, característicos da vida individual e coletiva. Não representam esquerda ou direita, democratas do voto ou monarquistas, parlamentaristas ou presidencialistas, sociedades primitivas ou modelo político grego / moderno, agentes pró ou contra globalização, movimentos sociais organizados ou mesmo – como os termos podem sugerir – tendências estatizantes ou neo-liberais. Há Estados, no sentido macropolítico, que comportam campos de exterioridade bastante amplos. Há movimentos sociais que apenas combatem por mais zona de influência. A máquina de guerra não é uma bandeira do Estado mínimo ou por qualquer outro tipo de reivindicação. Ela não é espontaneísta e nem sequer “democrática”. Ela não passa de um paradigma da criação e da ação contínuas. Na melhor das hipóteses, ela é a não-censura, o desbloqueio, o engajamento para achar uma saída, não uma solução para problemas naturalizados, mas uma saída quando estes nos sufocam. Mas a saída não é uma mera fuga negativa, mas uma busca de oxigênio: “um pouco de possível senão sufocamos”... A fabricação de possível requer o trabalho de materiais do metalúrgico, sob pena de se transformar num possível que é apenas objeto de nossa imaginação.

O que parece, enfim, é que os combates ético-políticos de todos os tempos só têm a ganhar ao manter essas tendências como um horizonte a ser pensado, tanto para poderem escapar do aprisionamento num aparelho de Estado (uma perda de velocidade que compromete a criação ou adoção de novos modos de vida) quanto para poderem dar consistência aos movimentos da máquina de guerra (fazendo com que a velocidade não redunde num caos generalizado).

Não se trata, portanto, à maneira brasileira, de ser contra ou a favor, disso ou daquilo, mas de ver como isso ou aquilo são forjados. Trata-se, talvez, de uma atenção redobrada ao trabalho de metalurgia, que envolve a fabricação de novos

instrumentos: armas para o combate e a reinvenção do socius, mas também utensílios para sua manutenção, dependendo dos agenciamentos de desejo que formos capazes de engendrar.

Referências

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille plateaux*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

■..... Paulo Domenech Oneto é doutor em Filosofia pela *Université de Nice*. Doutorando em Literatura Comparada pela *University of Georgia*. Atualmente leciona no Programa de Pós-Graduação da UGF-RJ (Universidade Gama Filho) como bolsista pela FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro).